

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA/ESCOLA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Kátia Maria de Aguiar Freire ¹
Francivane Pinho de Souza ²
Maria Cleia dos Santos ³
Ilda Medeiros Cavalcante ⁴
Maria Durciane Oliveira Brito ⁵

RESUMO

O estudo discute a importância da parceria entre família e escola no tocante a educação de crianças autistas. O objetivo geral do trabalho foi refletir sobre a parceria entre família e escola na perspectiva de promover um ensino adequado as crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA. Já os específicos intentaram percorrer a trajetória histórica das reivindicações e conquistas políticas para elaboração das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, mais especificamente voltada para alunos com TEA; identificar a importância da família em parceria com a escola para o desenvolvimento de alunos com TEA; descrever o comportamento, a sintomatologia, o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e as práticas pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento de alunos com TEA. O problema de pesquisa ficou circunscrito a seguinte indagação: como a família e a escola podem trabalhar para diminuir os impactos da inclusão e promover uma educação significativa das crianças com TEA nas escolas? Partindo da premissa que a educação é um direito de todos, e o dever do Estado é garantir que todos sejam atendidos integralmente, a principal hipótese que se tem inicialmente é que a educação básica precisa buscar novos elementos da inclusão e incorporar no currículo práticas que deram certo em outros lugares. A pesquisa é bibliográfica e foi produzida com vistas a promover novos olhares sobre a educação de crianças autistas. A investigação mostrou que é imprescindível uma relação intrínseca entre escola e a família, para que ambos busquem alternativas possíveis para melhor o desenvolvimento das crianças com TEA.

Palavras-chave: Autismo, Família, Escola.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Ciências da Educação – UTIC- PY; Graduada em Pedagogia com Habilitação em Biologia (UVA); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (INTA). katiamfreire@gmail.com ;

² Graduanda em Direito-UNINASSAU, vannepbh@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Gestão Escolar da Universidade Estadual do Ceará - UECE, mariacleiadossantos2@gmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, Atendimento educacional Especializado e Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, hildhamedeiro2014@gmail.com.

O autismo vem sendo estudado por muitos anos, mas ainda é objeto de muitos questionamentos. Com relação à questão educacional, pesquisas têm sido realizadas no intuito de identificar, descrever e avaliar alguns programas de intervenções precoces existentes para atender alunos com autismo.

Segundo Orrú (2012), havia no Brasil, cerca de 75 mil a 195 mil autistas, baseado numa projeção do contexto internacional. Atualmente há uma estimativa, de acordo com os dados do CDC (Center of Diseases Control and Prevention), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existe hoje um caso de autismo a cada 110 pessoas. Dessa forma, estima-se que o Brasil, com seus mais de 200 milhões de habitantes, possua cerca de 2 milhões de autistas (OLIVEIRA, s/d).

Conforme as estatísticas são perceptíveis o número de autistas no país ainda não diagnosticado ainda seja maior, pois, devido à falta de conhecimento de muitas famílias e de pesquisas que pudessem ser levadas ao público com mais consistência sobre o assunto, para que a sociedade pudesse ter um pouco mais de entendimento sobre o assunto, diminuindo o preconceito, motivando novos achados sobre o transtorno.

Todavia, é imprescindível que se discuta os impactos que a inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA traz aos espaços escolares, a educação básica, a família. Compreende-se que a educação sofreu embates que até os dias atuais não foram compreendidos em sua totalidade, por isso, ainda há muito o que se refletir para promover uma inclusão significativa, que não cause impactos negativos, nem para os alunos, muito menos para o sistema de ensino. Desse modo, é necessário que aconteça uma inclusão plural que contemple a multiplicidade e diferença.

Para tanto, o objetivo geral do estudo buscou refletir sobre a parceria entre família e escola na perspectiva de promover um ensino adequado as crianças com TEA. Já os específicos intentaram percorrer a trajetória histórica das reivindicações e conquistas políticas para elaboração das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, mais especificamente voltada para alunos com TEA; identificar a importância da família em parceria com a escola para o desenvolvimento de alunos com TEA; descrever o comportamento, a sintomatologia, o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e as práticas pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento de alunos com TEA.

O problema de pesquisa ficou circunscrito a seguinte indagação: como a família e a escola podem trabalhar para diminuir os impactos da inclusão e promover uma educação significativa das crianças com TEA nas escolas?

Partindo da premissa que a educação é um direito de todos, e dever do Estado é garantir que todos sejam atendidos integralmente, a principal hipótese que se tem inicialmente é que a educação básica precisa buscar novos elementos da inclusão e incorporar no currículo práticas que deram certo em outros lugares.

Na prática inclusiva não deve haver discriminação. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, onde todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A inclusão questiona as políticas, a organização e a estrutura das escolas regulares e especiais. É característica de a inclusão reunir alunos com e sem dificuldades, professores, família, diretores, funcionários e todas as pessoas que estão envolvidas com a educação, exigindo uma transformação da escola. O seu princípio básico é a valorização da diversidade. Na educação inclusiva são as pessoas sem deficiência que devem aprender a conviver com os deficientes. Somente quando a inclusão for realmente direcionada para atender as diferenças é que os impactos educacionais podem ser minimizados.

A pesquisa justifica-se por lançar um olhar reflexivo sobre questões que envolve a inclusão de crianças autistas. É necessário, que nesse processo, o professor contemporâneo esteja preparado para atuar com uma diversidade de público. Assim, é fundamental que os docentes tenham um conhecimento teórico sobre os diferentes tipos de sujeitos e de como trabalhar de acordo com as especificidades de cada um deles. Mais especificamente sobre os alunos com TEA, é importante o professor reconhecer e saber quais práticas adotar, para não gerar a exclusão e garantir o direito de aprendizagem destes sujeitos.

Nessa perspectiva, buscou-se aprofundar conhecimentos acerca do TEA, sobre a necessária parceria entre família e escola, além de elencar práticas pedagógicas que possam garantir uma efetiva aprendizagem. Neste sentido, este trabalho justifica-se na necessidade de estarmos constantemente atualizados sobre os conceitos, diagnósticos e práticas voltadas para os sujeitos com TEA.

METODOLOGIA

Para realizar o estudo usou-se a pesquisa bibliográfica através de um levantamento do referencial teórico sobre o assunto. Foi por meio da pesquisa qualitativa que foi possível interpretar os dados de forma introspectiva e buscar nas mensagens dos autores respostas a problemática que norteia o estudo.

Adotou a pesquisa bibliográfica como alicerce para a construção da solução ao problema de pesquisa colocado. De acordo com Minayo (2004, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Com base em seus objetivos esta é uma pesquisa do tipo exploratória, haja vista que “[...] estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (MINAYO, 2004, p. 41).

Após a escolha dos textos, foi realizada a primeira leitura sobre a temática para que a análise pudesse ser consistente, além de atentarmos descobrir as mensagens que os autores queriam passar em seus escritos. Depois elaboramos um quadro esquemático para definirmos as principais ideias e voltarmos para o texto, agora, para realizar a segunda leitura, mais minuciosa, buscando identificar ou perceber o que ainda não tinha sido atentado.

Nessa conjuntura, ordenou-se os dados a partir de uma releitura do material, depois foram classificados numa ação de leitura/releitura/leitura até conseguir estabelecer interrogações para identificar o que surge como relevante nos dados expostos.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Atualmente sabe-se que há uma grande variedade de manifestações autísticas, pois depende muito do nível de desenvolvimento e da idade da criança. Nem todos os indivíduos diagnosticados com autismo, precisam necessariamente apresentar todas as dificuldades juntas.

Sabe-se que os fatores biológicos exercem grande influência no desenvolvimento de um bebê, desde o início da gestação até o momento do seu nascimento. Para que um bebê nasça saudável se faz necessário uma série de fatores, seguindo várias etapas sucessivas que devem ocorrer de forma correta. Segundo relato de Orrú (2012, p. 27):

as questões sobre os possíveis agentes causadores do autismo são muito polêmicas. Inquirem-se desde causas psicológicas, disfunções cerebrais e alterações de neurotransmissores e fatores ambientais, como definidores da doença, até os de natureza genética, sendo esta última levantada e analisada mais recentemente por diversos cientistas.

Para muitos autores há a hipótese de que alterações ocorridas durante a formação de um feto podem causar o transtorno autístico, sendo este caracterizado por disfunções leves ou com um maior grau de comprometimento. São muitas condições médicas que se associam ao autismo, entre elas, a epilepsia, a síndrome de Down, além de problemas pré-natais e perinatais. Segundo Orrú (2012, p. 28), as causas do autismo podem estar associadas também a infecções como Toxoplasmose, Varicela, Sífilis, Caxumba, Rubéola, Herpes Simples e outros problemas pré-natais.

Considerando estudos realizados por Silva et al (2012, p. 173) “podemos afirmar que o autismo tem como causa fundamental as alterações genéticas.” Para esses autores a origem do transtorno do espectro autista está relacionada, não a um único gene, mas à combinação de vários genes e da interação entre eles. As mutações nesses genes podem tornar a criança mais propensa ao autismo. De acordo com Orrú (2012, p. 29):

[...] estão se realizando estudos de alguns genes, [...] a serem identificados como mecanismos de herança para o autismo. Embora não sejam definitivos para clarear-lhe a origem, mostram-se úteis no estímulo da busca arduosa para o melhor conhecimento da síndrome, suas hipóteses e possibilidades de desenvolvimento.

É possível que fatores ambientais contribuam para desencadear o autismo. Vários fatores ambientais foram associados ao autismo, desde infecções virais à exposição a substâncias químicas. Segundo Silva et al (2012, p. 177) “os fatores genéticos, que determinam a formação cerebral, aliados aos fatores ambientais (externos) formam o ser humano com suas habilidades ou talentos e com suas dificuldades e inaptidões.”

Ainda há muitas especulações para se explicar ou justificar o autismo. Muitos estudos ainda estão sendo realizados, visto que se trata de um distúrbio de desenvolvimento tão complexo. Devido à possibilidade de associação com outros distúrbios, é necessário que haja extrema cautela ao fazer o diagnóstico do autismo.

Apesar de muitos estudos, os profissionais enfrentam grandes dificuldades para estabelecerem um diagnóstico preciso. Para Schwartzman (2003, apud CUNHA, 2011, p. 26) essas dificuldades se devem ao fato de que “o grupo de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento pode ser caracterizado como um conjunto de anormalidades qualitativas onde cabem outros distúrbios.”

É de fundamental importância o diagnóstico precoce na criança com autismo, para que o tratamento se inicie o mais breve possível. Ao perceber alguma alteração no desenvolvimento da criança, desde o seu nascimento, o pediatra precisa encaminhá-la a um especialista, para que, através de estudos, seja feito o diagnóstico. A esse respeito, mediante seus muitos estudos e pesquisas, Costa (2013, p. 75) concluiu que:

[...] era uma unanimidade entre os especialistas que quanto mais cedo fosse feito o diagnóstico, mais cedo poderia começar a estimulação precoce das crianças dentro do espectro autista, obtendo resultados extremamente significativos na aquisição de comportamentos adequados, com reflexos na atenção, na aprendizagem, no ajustamento social e na sua interação com as pessoas.

As crianças com funcionamento autístico apresentam sintomas que podem ser observados antes dos três anos de idade. Durante esse período pode-se perceber que a criança comunica-se insatisfatoriamente, não apresenta sinais sociais ou emocionais, não correspondendo a demonstrações de afeto. Além da falta de comunicação verbal, observa-se também que a criança não se expressa gestualmente, visto que para ela, os gestos não têm nenhum valor simbólico.

Entre os sistemas de diagnósticos para a classificação do autismo, os mais conhecidos são o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 1995 (DSM-IV), que facilita, além do diagnóstico, o tratamento e as análises estatísticas dos transtornos mentais, e a Classificação Internacional de Doenças, da Organização Mundial de Saúde (CID-10), que conceitua o autismo como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. De acordo com Assumpção Jr e Kuczynski (2009, p. 10) os Transtornos Globais do Desenvolvimento são conceituados pela CID-10 (1993) como:

Grupo de transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Essas anomalias qualitativas constituem uma característica global do funcionamento do sujeito, em todas as ocasiões.

Cunha (2011, p. 25) relata que “a taxa média de prevalência do Transtorno Autista em estudos epidemiológicos é de cerca de 15 casos por 10.000 indivíduos, com relatos de taxas variando de 2 a 20 casos por 10.000 indivíduos [...] conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR)”.

Faz-se necessário que haja uma avaliação pormenorizada das pessoas com características inerentes ao autismo, visto que este é um dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) mais complexo. De acordo com Steiner (2002, apud Orrú, 2012, p. 24),

entre os TGD, o autismo é o maior representante, caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade dos três anos, havendo uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos domínios seguintes: interação social, comunicação e comportamento, comumente focalizado e repetitivo. [...] A forma atípica se diferencia do autismo (típico) por se iniciar após os três anos de idade e (ou) pela falta de manifestações clínicas suficientes em um ou dois dos três domínios psicopatológicos (interações sociais recíprocas, comunicação e comportamento) implicados no autismo infantil.

O autismo é caracterizado por uma série de sintomas que normalmente afeta três áreas principais: a socialização, a comunicação e o comportamento. Dessas três áreas prejudicadas pelo autismo, a principal é a interação social. A dificuldade de interagir com as demais pessoas pode apresentar-se com maior ou menor nível de gravidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Mendes (2006), o conceito de inclusão teve origem nas lutas das pessoas com necessidades especiais por acesso à educação. Está embasado na história da educação especial e essa história atravessa um processo de evolução, no qual, após a segregação, chegou-se à integração do indivíduo e por último ao movimento inclusivista.

Segundo Mendes (2006), no movimento integracionista a pessoa com necessidades educativas especiais era conduzida a seguir os padrões da escola comum, ou seja, era adequada à escola. Faziam-se intervenções individuais com a criança, para que esta pudesse acompanhar a escola. Foram abertos espaços na escola regular para a presença desses indivíduos, sendo que estes eram inseridos em salas diferentes.

No funcionamento da escola não ocorriam mudanças, ou seja, a integração busca adaptar o indivíduo ao meio, não o meio ao indivíduo. A integração é, portanto, uma prática seletiva, na qual os alunos com deficiência devem se adequar aos parâmetros de normalidade.

Na prática inclusiva não deve haver discriminação. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, onde todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A inclusão questiona as políticas, a organização e a estrutura das escolas regulares e especiais. É característica de a inclusão reunir alunos com e sem dificuldades, professores, pais, diretores, funcionários e todas as pessoas que estão envolvidas com a educação, exigindo uma transformação da escola. O seu princípio básico é a valorização da diversidade. Na educação inclusiva são as pessoas sem deficiência que devem aprender a conviver com os deficientes.

Apesar disto, ainda se percebe que um dos grandes desafios para as crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, dentre elas os autistas, é a garantia do direito ao ensino regular, visto que a sociedade prima pelo padrão da normalidade. As pessoas que apresentam necessidades educativas especiais, que não se enquadram nesse padrão, que é estabelecido como o ideal, são colocadas em espaços de diferenciação.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), um dos grandes desafios da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia com plena capacidade para incluir as crianças com maiores desvantagens. De acordo com o texto da Declaração (UNESCO, 1994, p. 11):

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

Para que o aluno tenha condição de desenvolver plenamente o seu potencial, é muito importante que a escola conte com profissionais qualificados, como já dito anteriormente. Para o sucesso da inclusão, é muito importante a formação do professor que atuará nas classes inclusivas.

Faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades que venham responder às necessidades educacionais especiais, onde haja uma adequação do currículo e o envolvimento com tecnologias que possam favorecer o pleno desenvolvimento dos educandos. Para isso os professores precisam estar em contínuo processo de formação, buscando novos caminhos e o redimensionamento dos conhecimentos.

Constitui-se um grande desafio construir uma escola inclusiva em uma sociedade excludente. Quando partimos para a prática efetiva nas escolas, percebemos que a realidade é bem diferente, visto que o próprio sistema de ensino torna a inclusão uma questão complexa, não dando suporte, não demonstrando interesse em qualificar profissionais ou priorizar a diversidade.

Pensar na importância da família no desenvolvimento afetivo e social da criança envolve vários princípios que são repassados pelos pais e que nunca devem ser desprezados, mas deve ser considerado como fonte de sabedoria e ensino para vida no contexto afetivo e social do sujeito, devido ser úteis em toda a existência humana; apesar de não existir manual de como devemos educar os filhos. Assim, “não há receitas para educar, mas há atitudes educativas e atitudes deseducativas” (LOBO, 1997, p.26). Portanto, as práticas educativas envolvem o amor, a atenção e o apoio, é a melhor educação e o melhor meio de dar segurança e confiança a uma criança, isto é, a melhor maneira de fazê-la feliz e de dar a ela uma oportunidade justa para desenvolver suas potencialidades, porém, deve ser dada na medida certa nada de excesso, para que a criança não venha se sentir autoprotégida.

Fazendo conexão aos autores mencionados, percebe-se a família como responsável principal na formação e desenvolvimento do sujeito no contexto social, afetivo e acadêmico, tendo como referência a educação construída no lar, como base de sustentação, para quaisquer fases e mudanças a que venha enfrentar no percurso da vida. A família é uma das mais importantes instituições, sua presença no processo inclusivo é imprescindível pois colabora para que ações se concretizem e que as atividades realizadas na escola, tenham suas respectivas rotinas extensivas ao ambiente familiar, além de ser relevante quanto as intervenções sociais e pedagógicas.

Os pais têm o papel intrasferível que é de transmitir aos seus filhos os valores culturais, com mais essência, diferenciada de qualquer outra instituição, porém a insegurança e o medo de assumir o seu principal papel preferem transmitir para as creches, maternal, pré-escola, enquanto na realidade são os pais que direcionam o comportamento dos filhos, eles são os primeiros objetos de amor, da ansiedade e da raiva dos filhos, são eles que transmite confiança ou desconfiança, que queiram ou não, vão ser os principais responsáveis pela autoimagem dos filhos.

Assim, a escola não pode ser delegada como única na transmissão de conhecimento, responsabilidade e valores. “Os pais são indispensáveis e a família é o núcleo principal do desenvolvimento humano”. (LOBO, 1997, p.26). Considerando, que tanto a escola como a família é responsável por esse papel de repassar os conhecimentos sejam científicos, históricos e culturais. Sendo, que o homem é um ser historicamente e culturalmente variável.

O ato de conhecer, a partir da família e também da escola, é invariavelmente indireto, pois não existe um conhecimento virgem. O ato de conhecer é constituído a partir dos sistemas simbólicos determinados historicamente. A família e a escola também são contextualizadas historicamente. (OLIVEIRA, 1999, p.80).

Logo, perceber-se a subjetividade do pensamento de Oliveira (1999) em relação ao conceito de família e escola, envolvendo o ato de conhecer, ou seja, todo e qualquer comportamento, conceitos e definições são constituídos historicamente e contextualizados a uma cultura na qual o sujeito esteja inserido, por isso, que as condutas e opiniões podem ser mudadas ao longo da vida, mas diante dessas mudanças a família ainda assume uma responsabilidade importante e que deve ser considerada como primordial no domínio da educação dentro do lar que é a autoridade para com os filhos, principalmente os menores de idade que são crianças e adolescentes, porém essa autoridade não deve ser utilizada para causar pânico, mas contribuir na educação e no desenvolvimento da criança.

Segundo Lobo (1997), a princípio devemos entender que a criança é uma pessoa e não um filhote ou uma cria. Cada criança é um indivíduo que deve ser respeitado e que tem todos os direitos como qualquer outro deve ter, e mais alguns, por ser uma pessoa em desenvolvimento. No caso da criança autista, é necessário que os pais acompanhem para que as atividades de casa sejam extensão complementar das que forem desenvolvidas na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo bibliográfico realizado pode-se concluir que é de extrema importância o conhecimento das características e peculiaridades do Transtorno do Espectro Autista por parte da escola e dos pais. A partir desse conhecimento, eles podem desenvolver práticas pedagógicas que auxiliem na aquisição de novas habilidades, tanto no aspecto cognitivo quanto motor da criança. Ao perceber os primeiros sintomas da criança com autismo ao seu ingresso na escola, se faz necessária a comunicação com os pais ou responsáveis pela criança. O diagnóstico precisa apontar o tipo de autismo, para então, pais e escola desenvolverem práticas que ajudem no desenvolvimento da criança.

É notório que muitas mudanças no sistema educacional são necessárias para que se conquiste de fato uma inclusão de qualidade, mudanças essas não só na estrutura física do ambiente escolar, mas mudanças em termos de conscientização das pessoas, oportunizando o convívio com a diversidade. Entre as reformulações necessárias pode-se citar as adaptações no currículo, novas metodologias, recursos tecnológicos que favoreçam o aprendizado do aluno e principalmente a capacitação dos professores.

Através dos muitos estudos realizados constatou-se que um dos fatores essenciais para auxiliar a criança autista é o afeto. Isto até pode parecer contraditório, mas, embora apresentem dificuldades em manter vínculos de afeto, quando encontra um ambiente afetivo, o desenvolvimento dessas crianças torna-se mais fácil, porque ela se sente mais segura. O que ocorre é que o indivíduo com TEA sente dificuldades em compreender expressões faciais ou gestos de afeto, mas isto não significa que esse indivíduo seja desprovido de emoções. Ele se emociona, como as demais pessoas e, portanto, essas emoções devem ser direcionadas às suas experiências de aprendizagem.

Desse modo, ressalta-se que os objetivos primeiros inseridos neste trabalho como possibilidade e norte para a investigação deram luz ao caminho investigativo, e foi o que substancialmente, permitiu que se chegasse aos resultados, que foram alcançados com sucesso. Foi percebido que assim como a escola precisa manter uma relação consistente com os pais, os pais também precisam manter uma relação positiva com os professores, pois eles podem ajudar no desenvolvimento e aprendizagem dos seus filhos, oferecendo subsídios para o sucesso escolar refletindo nas relações intersociais e intrasociais.

Um dos principais fatores que determina o sucesso da escola é a articulação com a família, de modo a melhor conhecer e respeitar o espaço e a bagagem cultural trazida pela criança, considerando seus primeiros conhecimentos construídos no seio familiar, mesmo não sendo sistematizados. A escola deve ser um ambiente a incluir a família de uma forma que a mesma sinta-se parte dela, ou seja, a escola deve abrir as portas para a participação da família.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2018.
- COSTA, Ulisses. **Autismo no Brasil: um grande desafio.** Rio de Janeiro: Wak, 2013.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001. **Declaração de Guatemala.** Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/24/docs/internacional_01.pdf. Acesso em novembro de 2018.
- LOBO, Luiz. 1933. **Escola de Pais: para que seu filho cresça feliz/** Luiz Lobo. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MINAYO, Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, 2006.
- OLIVEIRA, Marla Vieira Moreira de. **Acessibilidade e ensino superior: desvendando caminhos para ingresso e permanência de alunos com deficiência visual.** Universidade Regional do Cariri – URCA. 2017. Dissertação de Mestrado.
- ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- OLIVEIRA, Sidney Nilton. **Família e Educação e Escolar.** Revista da FAEEBA, Salvador, nº11, Jan./ Jun. 1999.
- ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- PAULON, Simone Mainiere et al. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- PRADO, Danda. **O que é Família.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.
- RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão: Algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais,** São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Ana Beatriz B., et al.. **Mundo Singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SILVA, Lucinéia Cristina da; FRIGHETTO, Alexandra Magalhães; SANTOS, Juliano Ciebre dos. In: Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso. v. 01, n. 02. (2013). **O Autismo e o lúdico.** Disponível em <http://www.revistanativa.com.br/index.php/revistanativa/article/view/81/157>. Acesso em 01/08/2019.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.